



ACÓRDÃO Nº622/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12278/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Euclides Bendaham Macedo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 412/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Careiro. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal do Careiro/AM, exercício 2019, sob responsabilidade do Sr. Euclides Bendaham Macedo, Presidente e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 188, § 1º inciso II, da Resolução nº 04/2002;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Euclides Bendaham Macedo, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal do Careiro/AM, exercício de 2019, no valor de **R\$ 4.468,42** (Quatro mil, quatrocentos sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), nos termos do artigo 53, Parágrafo Único, da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM, face as restrições descritas nos **subitens 15.1, 15.2, 15.4, 15.5 do item 15 e subitem 17.1 do item 17**, do Relatório Conclusivo nº 011/2022 – DICAMI, fls. 247/273);

10.2.1. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável



ACÓRDÃO Nº622/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

recolha o valor da multa, acima registrada, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar a Câmara Municipal de Careiro/AM:

10.3.1. Que cumpra com rigor os prazos de remessa e publicação de dados ao sistema e-Contas, sob pena de reincidência;

10.3.2. Que cumpra rigor os prazos de envio de todos os documentos requeridos na Prestação de Contas Anual, conforme normativos desta Corte de Contas, sob pena de reincidência;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno – SEPLENO, que extraia cópia do presente Relatório/voto e do *Decisum* a ser exarado por este Plenário, encaminhado a referida documentação a Comissão de Inspeção designada para o exercício de 2022, para que inspecione a opção realizada pelo servidor Ronaldo da Silva Reis, quanto ao acúmulo de cargo indevido tratado na defesa do gestor no Relatório Conclusivo nº 011/2022 – DICAMI, fls. 247/273.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº622/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 4 de Maio de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral, em substituição